

# Capítulo 8



## PROGRAMAS DE GESTÃO

### 8.7 REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

## **8.7 Programa de Regularização Fundiária**

### **8.7.1 Introdução**

Em unidades de conservação de proteção integral, especialmente na modalidade Parque, a regularização fundiária e patrimonial é questão de significativa importância para a gestão e manejo, uma vez que, de acordo com o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, esta deve ser integrada por terras de domínio público.

Sendo assim, o Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira deverá passar pelo crivo de um programa de regularização fundiária e patrimonial, momento em que serão regularizadas todas as terras no interior do Parque, incluindo as públicas arrecadadas como devolutas em ações discriminatórias, as adquiridas por ação expropriatória (direta ou indireta), bem como as áreas particulares a serem desapropriadas. Além disso, também deverão ser objeto de regularização fundiária, as terras ocupadas por indivíduos com características de tradicionalidade ou não, em terras públicas e particulares.

### **8.7.2 Histórico Fundiário do PETAR**

Criado pelo Decreto nº 32.283, de 19 de maio de 1958, inicialmente denominado Parque Estadual do Alto Ribeira – PEAR, abrangia uma área de 35.712 hectares distribuída em 10 perímetros discriminatórios<sup>179</sup> da Procuradoria do Patrimônio Imobiliário/Procuradoria Geral do Estado (PPI/PGE). Com a edição da Lei Estadual nº 5.973, de 23 de novembro de 1960 que re-ratificou sua criação, houve a alteração do nome da UC para Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira - PETAR. Também por esta lei suas terras foram declaradas de conservação perene e inalienáveis.

As ações de implantação do Parque foram iniciadas décadas depois de sua criação, tendo tomado maior impulso no início da década de 1980, quando o governo estadual elaborou um programa de desenvolvimento socioambiental para o Vale do Ribeira. Nesta época, a área do bairro da Serra foi priorizada para fins de regularização fundiária por apresentar um nível crescente de urbanização.

De fato, o Parque abrangia parte das áreas ocupadas pela comunidade do bairro da Serra, mas essa situação também ocorria em outros pontos de seu território, o que desencadeou, desde então, conflitos fundiários de extrema complexidade, muitos ainda pendentes de solução.

Grande parte da área daquele bairro pertencia a ALFREDO BLANES, proprietário da Mineração Furnas. Com o apoio de técnicos ligados à implantação do PETAR, em 1977, alguns moradores locais entraram com uma ação de usucapião coletiva contra o proprietário daquelas terras. Estes moradores provaram sua posse no local há mais de uma geração e ganharam a ação que foi finalizada em 1983, com a expedição de diversos mandados de averbação no Registro Imobiliário.

---

<sup>179</sup> Os perímetros discriminatórios são áreas definidas pela PGE como unidades de trabalho para os levantamentos das terras que serão objetos da propositura da ação discriminatória.

Em 1983, dentro das propostas de regularização fundiária para o PETAR, foram executadas pela então extinta Superintendência do Desenvolvimento do Litoral Paulista (SUDELPA), em conjunto com a PPI e com a anuência verbal dos moradores tradicionais da área do bairro da Serra, um levantamento topográfico da poligonal de interesse para a futura definição de um novo limite para o Parque naquele trecho.

Objetivou-se com isso garantir a ocupação tradicional no bairro, evitando eventuais danos ao patrimônio natural protegido, uma vez que a administração do Parque sempre atuou de forma a criar as condições necessárias a uma convivência harmônica com os moradores enquanto não fossem tomadas as providências formais para regularização das novas divisas.

Em 1983, o Governador do Estado de São Paulo criou sob sua presidência direta o Conselho Estadual de Meio Ambiente - CONSEMA e no âmbito desse Conselho foi instituído um Grupo de Parques e Áreas Naturais. A primeira providência do referido grupo, no âmbito dos levantamentos realizados no PETAR, foi a identificação das terras devolutas<sup>180</sup> internas ao Parque. Este trabalho resultou na destinação, através do Decreto nº 25.340, de 04 de junho de 1986, de 12.290,78 hectares de terras devolutas à administração do Instituto Florestal para compor o PETAR.

Outra medida adotada foi a proposta de desapropriação direta de parte de algumas glebas para a implantação de núcleos denominados Santana e Ouro Grosso, bem como para compensar as áreas que seriam excluídas do Parque, no bairro da Serra, por conta da interferência do antigo limite do Parque naquele trecho.

No final de 1988 e meados de 1989, a PGE - Regional de Sorocaba, propôs ações expropriatórias, com o deferimento da imissão provisória na posse em favor da Fazenda do Estado de São Paulo (FESP) das glebas nos Núcleos Ouro Grosso e Santana.

Ainda em 1988, os levantamentos fundiários constataram a existência de uma gleba de terra devoluta vaga, com 53,5 hectares, no 3º Perímetro de Apiaí que, por meio do Decreto nº 28.086/1988, foi destinada a administração do IF para incorporação ao território do Parque. Por conta desta inclusão, o Parque passou a ser abrangido por 11 perímetros, totalizando, naquela data, uma área de 35.765,5 ha.

Em 1994, foram retomados os estudos para a formalização do novo limite do PETAR no bairro da Serra que, na prática, já vinha sendo respeitado pela população local. As bases administrativas e operacionais do IF implantadas nos Núcleos Santana e Ouro Grosso garantiram a manutenção da posse por parte do Estado dando suporte às atividades do Parque.

Com a implantação da infra-estrutura no Núcleo Santana, as condições de atendimentos aos turistas foram otimizadas, o que possibilitou uma forte divulgação do PETAR e um aumento significativo do aporte turístico à região. O bairro da Serra, devido às condições de acesso (Rodovia SP-165), tornou-se o principal ponto de recepção turística.

---

<sup>180</sup> Terras devolutas, numa conceituação apenas formal, são aquelas que, ao final da ação discriminatória, são declaradas não pertencentes aos particulares que se habilitaram no processo.

Em 1996, concluídos os estudos sócio-econômicos e ambientais, uma proposta de anteprojeto de lei<sup>181</sup> para formalizar a redefinição dos limites do Parque no bairro da Serra foi elaborada pelo IF. A proposta foi encaminhada à Assembléia Legislativa e deu origem a Lei nº 12.042, de 16 de setembro de 2005, que formalizou a exclusão de 111 ha no bairro da Serra (localizados entre o 20º e 21º Perímetro de Apiaí) e a inclusão ao Parque de 118 ha na região conhecida como Boa Vista (Passa Vinte), localizados no 3º e 11º Perímetros de Apiaí. Com a inclusão, foram acrescidos ao Parque mais 7 ha, perfazendo, atualmente, um total de 35.772,5 ha.

### 8.7.3 Diagnóstico da Situação Atual

Com o resultado final do levantamento fundiário e patrimonial do PETAR, foi possível atualizar e analisar o conjunto da situação atual das terras que o integram. Verificou-se a existência de diversas situações dominiais: terras devolutas, terras particulares, terras em processo final de discriminação e terras em processo de desapropriação (direta e indireta).

No que se refere às ações judiciais, de uma forma geral, estas se encontram em diferentes fases processuais que compreendem desde as ações já finalizadas até situações ainda pendentes de decisão judicial.

Enquanto perdurarem as indefinições das decisões finais e a não incorporação dessas áreas ao patrimônio público estadual, a regularização fundiária do Parque fica na dependência da definição dominial ou da efetiva posse do Poder Público sobre estas áreas.

Além disso, também foram identificados sérios problemas relativos à sobreposição de títulos de propriedade e documentação irregular em terras públicas e particulares, bem como a existência de empresas jurídicas (mineradoras) com direitos sobre a superfície da terra em determinadas áreas.

Também foi constatada a presença de ocupação humana em diversas áreas do Parque, cujo uso da terra vai desde atividades necessárias a subsistência de famílias que ali residem de longa data até a extração ilegal de recursos naturais.

Estas informações foram diagnosticadas, analisadas e encontram-se descritas a seguir.

#### 8.7.3.1 Área Total dos Perímetros e Área Abrangida pelo Parque

O PETAR é abrangido por 11 perímetros, todos de Apiaí. Destes, apenas o 17º e o 18º estão totalmente inseridos na área interna do Parque. Os demais (19º, 26º, 25º, 20º, 22º, 21º, 11º, 3º e 23º) encontram-se parcialmente abrangidos.

A tabela abaixo demonstra a área total de cada perímetro, bem como a área de cada um interna ao Parque. Informações sobre a área total do 26º, 25º, 22º, 21º e 11º Perímetros de Apiaí não foram localizadas.

---

<sup>181</sup> Toda a documentação que instruiu a proposta de anteprojeto de lei para redefinição dos limites do Parque está encartada no processo SMA nº 41.763/1996.

**Tabela 161. Área total do perímetro e área interna ao Parque**

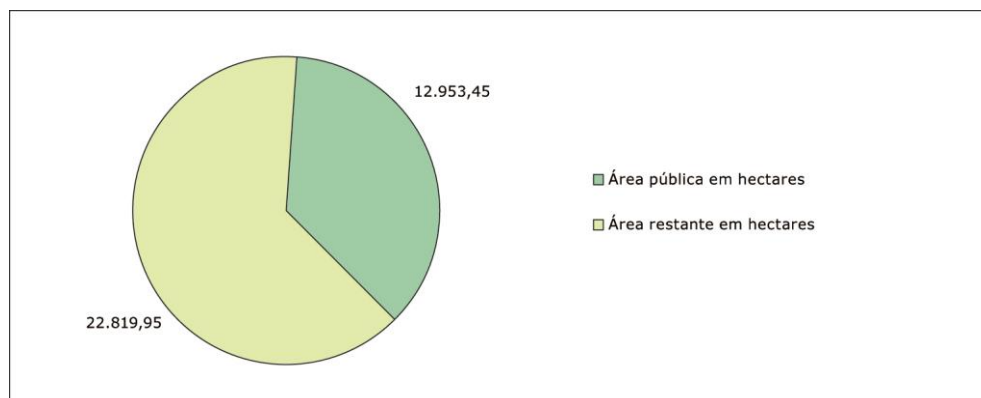
<b>Perímetro de Apiaí</b>	<b>Área total do perímetro</b>	<b>Área do perímetro inserida no PETAR</b>	
17°	9.448,12 ha	9.448,12 ha	Totalmente
18°	4.540,90 ha	4.540,90 ha	Totalmente
19°	9.229,49 ha	7.481,20 ha	Parcialmente
26°	Não localizado	1.335,71 ha	Parcialmente
25°	Não localizado	875,28 ha	Parcialmente
20°	4.897,70 ha	4.646,58 ha	Parcialmente
22°	Não localizado	2.485,99 ha	Parcialmente
21°	Não localizado	1.606,01 ha	Parcialmente
11°	Não localizado	383,31 ha	Parcialmente
3°	3.208,75 ha	124,75 ha	Parcialmente
23°	3.588,70 ha	2.966,49 ha	Parcialmente
<b>Área total</b>	-	<b>35.892,87 ha</b>	-

#### 8.7.3.2 Áreas Públicas

Por conta do indício da existência de terras devolutas, a FESP, representada pela PGE, iniciou na década de 1930 a propositura de várias ações discriminatórias no Vale do Ribeira com o intuito de distingui-las das terras particulares, arrecadando-as ao seu patrimônio. Estas ações foram finalizadas no início da década de 1940.

Constatou-se que da área total do Parque (35.772,5 ha), 12.953,45 ha são terras devolutas, conforme ilustra a figura abaixo<sup>182</sup>:

<sup>182</sup> Não estão incluídas as áreas públicas/devolutas do 18° Perímetro de Apiaí.

**Figura 124. Terras públicas internas ao PETAR**

As ações discriminatórias dos 17º, 19º, 20º, 23º e 25º Perímetros de Apiaí e as terras devolutas arrecadadas correspondem à cerca de 1/3 do território da Unidade. Estas foram destinadas a administração do IF através do Decreto nº 25.340/1986 e suas matrículas constam do Cartório de Registro de Imóveis (CRI) de Apiaí.

Já nos 21º, 22º e 26º Perímetros de Apiaí, houve a desistência das ações discriminatórias por parte da PGE em razão da pequena porcentagem de terras devolutas existentes nestes perímetros, uma vez que haveria um alto custo para o Estado para pouca terra devoluta a ser arrecadada.

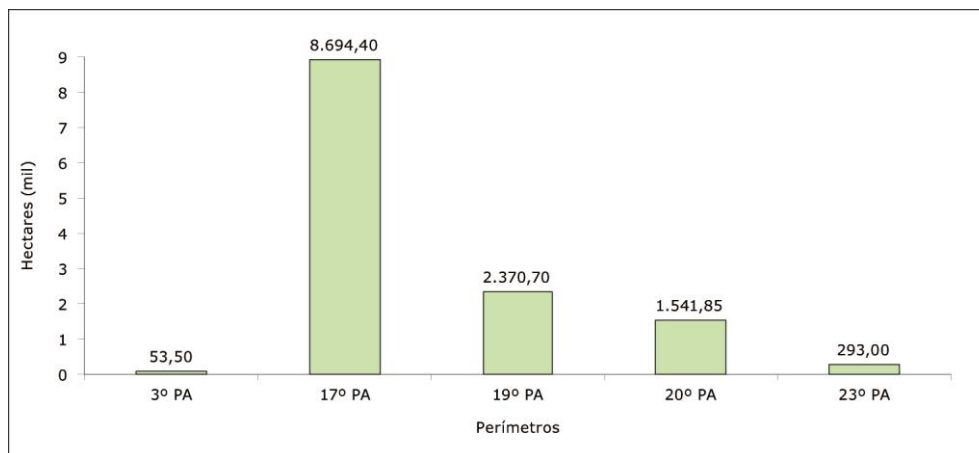
Somente no 18º Perímetro de Apiaí, a conclusão dos trabalhos demarcatórios foi finalizada em 2005 e a Carta de Sentença encaminhada a Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo (FITESP) para as providências de incorporação das terras devolutas estaduais.

No 11º Perímetro de Apiaí houve arrecadação das terras devolutas, mas estas foram legitimadas aos ocupantes que constavam no rol da ação discriminatória e que estavam habilitados a receberem títulos de domínio. Tais terras, então, são tratadas como particulares.

No 3º Perímetro de Apiaí, no momento da criação do Parque (1958), não havia nenhuma terra abrangida pela Unidade. No entanto, o trabalho de levantamento realizado entre 1986 a 1988, indicou uma gleba de terra devoluta vaga com área de 53,5 hectares que foi incorporada ao PETAR.

A figura a seguir demonstra o total de terras públicas/devolutas em cada perímetro interno ao Parque<sup>183</sup> (com exceção do 18º Perímetro de Apiaí).

<sup>183</sup> As terras públicas e devolutas internas ao Parque estão localizadas no mapa do relatório técnico final elaborado no âmbito do Plano de Manejo denominado "Diagnóstico fundiário e patrimonial do Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira (PETAR)".

**Figura 125. Terras públicas por perímetros**

### A. Titulação Ilegal

Na ação discriminatória do 17º Perímetro de Apiaí foi delimitada uma área total de 9.199,10 hectares totalmente inserida no Parque. Com exceção de 504,70 hectares declarados de domínio particular, 8.694,40 hectares foram julgados como terras devolutas.

Em 1969, por um decreto sem número, o Governador do Estado de São Paulo, a época, excluiu uma área de 609,17 hectares deste perímetro, sem nenhuma justificativa. Em 1971, esta gleba foi legitimada à CIA. DE CIMENTO SUL PAULISTA.

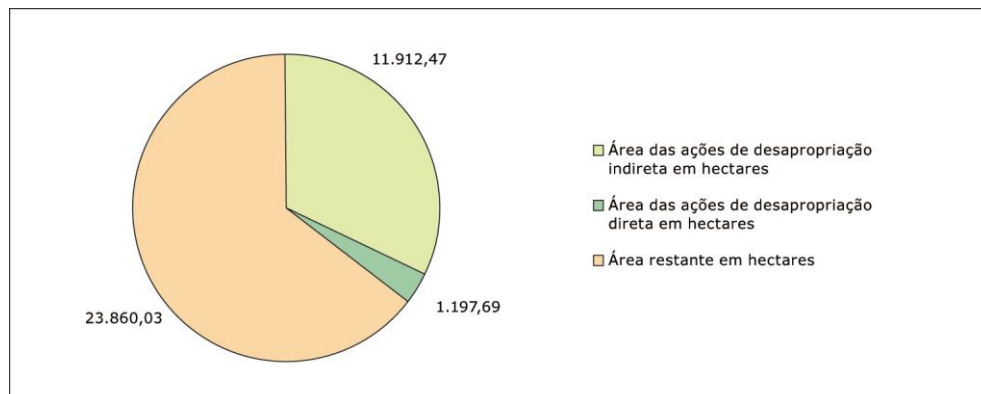
Por conta de movimentos de diversos grupos de espeleólogos e ambientalistas, bem como do Grupo de Parques do CONSEMA, a titulação foi declarada ilegal pelo Decreto nº 33.865, de 25 de setembro de 1991.

Com base neste decreto, a PGE ingressou com uma ação judicial de declaração de nulidade de titulação que ainda se encontra em andamento.

#### 8.7.3.3 Áreas das Ações de Desapropriação

As ações de desapropriação representam outra complexa situação fundiária existente no Parque, uma vez que parte da área interna encontra-se abrangida por três ações de desapropriação indireta movidas pela CIA. INDUSTRIAL RIO GUAYBA, CIA. MINERAÇÃO IPORANGA e EXPORTADORA PAULISTA DE CAFÉ.

Há também 14 ações de desapropriação diretas movidas pela FESP em face dos proprietários de áreas localizadas nos bairros da Serra e da Boa Vista. A figura a seguir indica as áreas totais das ações de desapropriação diretas e indiretas.

**Figura 126. Áreas das ações de desapropriação direta e indireta (em hectares)**

### A. Ações de Desapropriação Indireta

Uma das ações de desapropriação indireta (processo nº 20/93 da Vara Única da Comarca de Apiaí) existentes na área do Parque foi movida pela CIA INDUSTRIAL RIO GUAYBA em face da FESP. Verificou-se que a área objeto desta ação se sobrepõe a outras áreas com títulos de domínio aparentemente formais, todas sobre as terras devolutas do 17º Perímetro de Apiaí. Por conta disso, a ação foi julgada improcedente em 1ª instância. Atualmente, encontra-se em fase de recurso no Tribunal de Justiça (TJ).

A área da EXPORTADORA DE CAFÉ (processo nº 112/74 da 5ª Vara da Fazenda Pública) apresenta cinco glebas, totalizando uma área de 4.114,79 hectares nas seguintes localidades: Sítio Sumidouro de Baixo (gleba I); Sítio Farto (gleba II); Sítio Chapéu (gleba III); Sítio Braço da Pescaria (gleba IV) e Sítio Arraial (gleba V), abrangidas pelo 18º, 19º e 25º Perímetro de Apiaí.

A FESP já pagou indenização à Exportadora de Café e, atualmente, os registros imobiliários dessas áreas estão sendo providenciados. Há informações administrativas que indicam a sobreposição dessas glebas com áreas devolutas estaduais; com áreas objeto de outra ação expropriatória em andamento e ainda com áreas superficiárias de mineradores.

A outra ação de desapropriação indireta foi movida pela CIA. MINERAÇÃO IPORANGA (processo nº 218/77 da Vara Única da Comarca de Eldorado). Esta empresa apresenta duas áreas como sendo de sua propriedade, localizadas nos bairros Morro do Chumbo e Espírito Santo<sup>184</sup>, totalizando uma área de 4.531,08 ha, abrangidas pelos 1º (externo ao PETAR), 18º, 19º, e 26º Perímetros de Apiaí.

Esta ação já foi objeto de diligências do TJ em fase de recurso, em razão das informações técnicas encaminhadas pelo IF, que apontavam estarem as referidas glebas sobrepondo parcialmente com áreas devolutas arrecadadas pelo Estado nos 18º e 19º Perímetros

<sup>184</sup> Cabe registrar que a poligonal do interessado está totalmente inserida no imóvel Espírito Santo em situação de conflito fundiário ainda pendente da apreciação do Poder Judiciário.

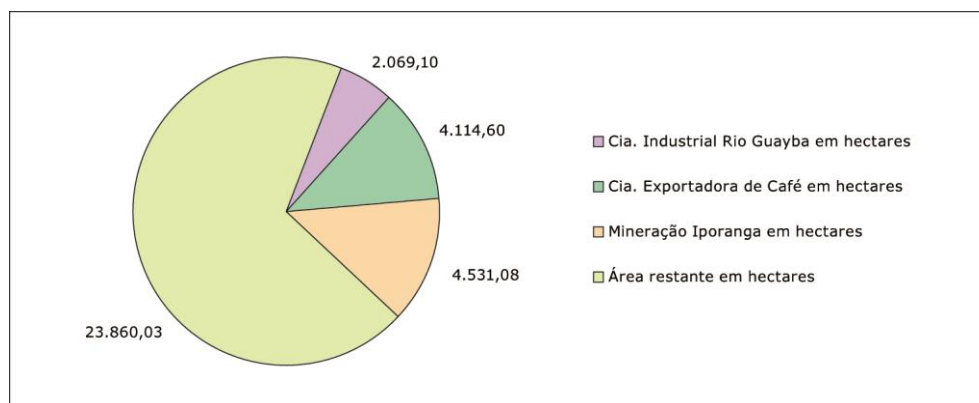


de Apiaí. Além disso, as glebas se sobrepõem parcialmente também as áreas objeto do processo expropriatório da Exportadora de Café.

No caso da Cia. Mineração Iporanga, por sentença de 1ª Instância, com data 10/10/1995, o Juiz de Direito de Eldorado declarou incorporadas ao patrimônio do Estado “as áreas de 1.951,3 ha e 2.579,78 ha, contidas, respectivamente, nas descrições dos imóveis Espírito Santo e Morro do Chumbo, as quais se encontram inseridas no Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira”.

A figura abaixo representa as porções das áreas das ações de desapropriação indireta<sup>185</sup>.

**Figura 127. Áreas das ações de desapropriação indireta**



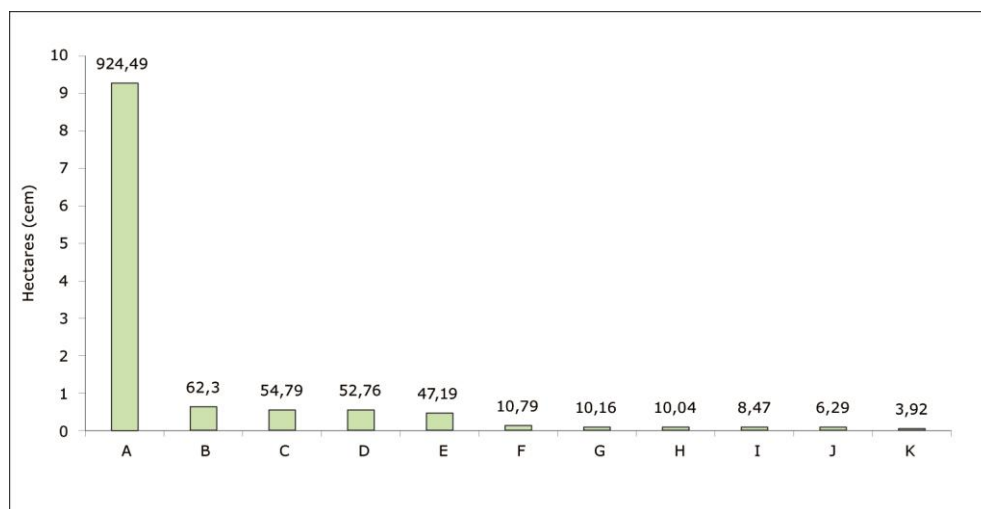
## B. Ações de Desapropriação Direta

Nos 21º, 22º, 11º e 3º Perímetros de Apiaí, uma área total de 1.197,69 hectares localizadas no Vale do Betari (bairros da Serra e Boa Vista) foi objeto de 14 (quatorze) ações de desapropriação direta propostas pela PGE. Estas desapropriações tiveram como objetivo compensar a área que foi excluída do bairro da Serra, bem como implantar os Núcleos Santana e Outro Grosso, conforme já descrito. Parte dessas glebas, até então, estavam inseridas no interior do Parque, e outra porção no entorno.

Os nomes das partes nas ações de desapropriação direta, bem como o tamanho das áreas em processo expropriatório, estão representados na figura a seguir<sup>186</sup>.

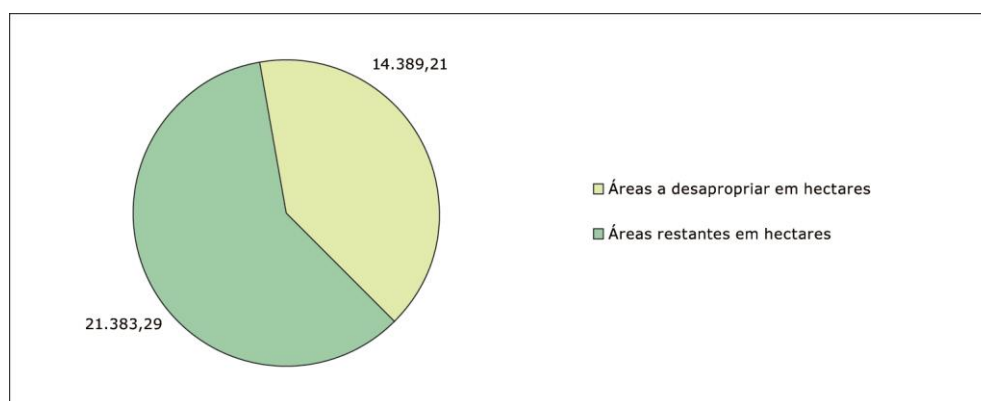
<sup>185</sup> As áreas sobrepostas, objeto das ações de desapropriação indireta, estão localizadas no mapa do relatório técnico final.

<sup>186</sup> As áreas das ações de desapropriação direta estão localizadas no mapa do relatório técnico final.

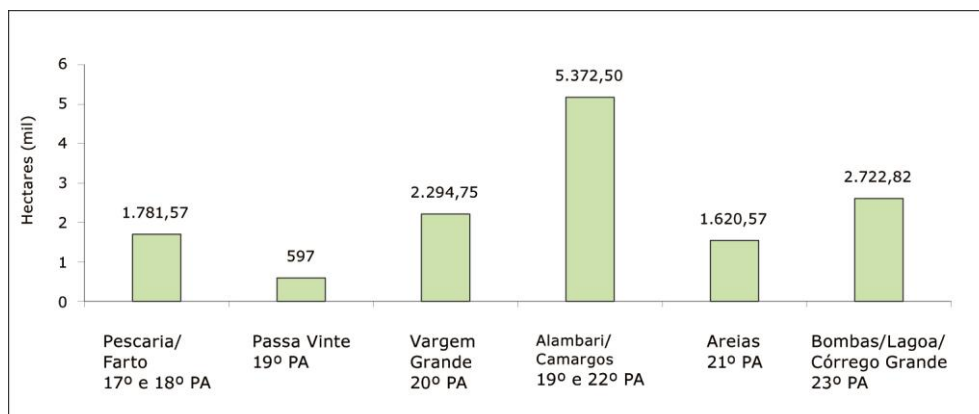
**Figura 128. Áreas das ações de desapropriação direta<sup>187</sup>**

#### 8.7.3.4 Áreas Internas ao Parque a Desapropriar

No território do Parque há algumas áreas particulares que ainda não foram objeto de ações de desapropriação pela PGE. A área total e as áreas em cada perímetro a desapropriar estão indicadas nas figuras abaixo.

**Figura 129. Área aproximada a desapropriar em hectares**

<sup>187</sup> As letras correspondem aos seguintes nomes das partes nas ações de desapropriação direta: A – Alfredo Blanes (3 áreas); B – Ana Fernandes da Rosa e outros; C – CAF (2 áreas); D – Rosa Dias Monteiro; E – Joana Paula Monteiro; F – Amador Laureano da Silva; G – Nilton de Souza e outros; H – Joaquim dos Santos; I – Rubens Francisco Dombrowski; J – Arcília Motta; K- Francisco Gonçalves de Andrade.

**Figura 130. Áreas a desapropriar em hectares por glebas e perímetros**

A localização das glebas a desapropriar foi constatada em trabalho realizado pelos técnicos do IF no ano de 1991, cujo mapa consta no relatório técnico final.

Os nomes dos possíveis proprietários das áreas particulares a desapropriar foram coletados nos processos administrativos que tramitam na Fundação Florestal e na PGE, bem como em trabalhos interno do IF e da FF. As informações estão sistematizadas no relatório técnico final.

#### 8.7.3.5 Áreas com Sobreposição de Títulos

Através do levantamento e análise dos documentos internos do IF e da FF foram identificadas sobreposições de títulos de propriedade em diversas áreas internas ao Parque<sup>188</sup>, especialmente nos 17º, 18º, 19º, 25º e 23º Perímetros de Apiaí.

No levantamento das terras devolutas já arrecadadas e que se localizam no interior do PETAR, o 17º Perímetro de Apiaí é o que apresenta maior número de sobreposições de títulos de domínio com as terras devolutas estaduais. Alguns casos, a exemplo da ocupação de Daniel Cruz de Jesus; da anulação do título de domínio concedido ilegalmente a Cia de Cimento Sul Paulista; a área objeto da ação de desapropriação indireta movida pela Cia. Rio Guayba, em terra devoluta; e as 03 (três) glebas adquiridas pelo Sr. Jaroslav Pesek, já se encontram com medidas judiciais e ou administrativas em andamento.

Nos 18º, 19º e 25º Perímetros de Apiaí há evidências de que as áreas tanto devolutas quanto particulares possuem sobreposição de títulos imobiliários, tais como a da Cia. de Mineração Iporanga e a Exportadora Paulista de Café, objeto de ações de desapropriação indireta. Devido à demora no tramite das ações discriminatórias, especialmente na fase de homologação da demarcação, surgiram ocupações irregulares, e o não cancelamento dos registros das terras julgadas devolutas também possibilitaram a ocorrência da sobreposição de títulos, inclusive nas áreas já indenizadas pela FESP.

<sup>188</sup> Informações sobre estas glebas foram levantadas e sistematizadas no relatório técnico final.

Já os levantamentos das terras no 23º Perímetro de Apiaí, além de indicar sobreposições de títulos de domínio, configurando uma complexa situação fundiária a ser regularizada, há também uma reivindicação por direitos territoriais pela comunidade de remanescentes de quilombos denominada Bombas sobre a totalidade da área do perímetro, cujos trabalhos de reconhecimento estão sendo realizados pela FITESP.

As sobreposições de áreas, como a da Cia. Rio Guayba, Exportadora de Café, Cia. Mineração Iporanga, bem como a localização dos ocupantes sobre os perímetros, podem ser verificados no Mapa 25. Situação Fundiária, bem como no levantamento sistematizado, em 1991, pela Divisão de Reservas e Parques Estaduais (DRPE) do IF<sup>189</sup>.

#### 8.7.3.6 Possíveis Proprietários

Paralelamente aos trabalhos de identificação das áreas, foram realizados levantamentos no sentido de tentar localizar os possíveis proprietários, posseiros e detentores de áreas internas ao Parque para, posteriormente, propor as medidas necessárias à regularização fundiária.

Através dos processos administrativos, constatou-se que, para obter a isenção do Imposto Territorial Rural (ITR), alguns interessados ingressaram com solicitações de localização de glebas em áreas internas ou externas ao Parque. Outros processos administrativos foram abertos pelo próprio órgão da Administração Pública visando localizar áreas particulares a desapropriar.

#### 8.7.3.7 Mineradoras

No levantamento realizado junto ao acervo da FF, bem como nos processos administrativos do IF, verificou-se que na área interna ao Parque existem algumas poligonais com supostos direitos minerários sobrepondo terras públicas e particulares.

Informações acerca das empresas mineradoras que possuem autorização de pesquisa ou lavra mineral na região de Apiaí e Iporanga (SP), bem como os respectivos números de processos, foram objetos de consulta ao Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) e constam do relatório técnico final.

No 18º Perímetro de Apiaí, constatou-se a existência de três processos de mineração (DEPETRIS, PELLIZARI e ALBANO MOLINARI), em uma das áreas de maior concentração de cavernas do Parque.

De uma forma geral, as mineradoras que se instalaram na área do Parque para pesquisar minério antes de sua criação só vieram a obter a concessão da lavra após 1958. Havia então um entendimento a época de que, uma vez aprovado o relatório final da pesquisa, este condicionava a concessão de lavra a ser outorgada pelo órgão federal.

Com o artigo 3º do Decreto de 1958 que criou o PETAR, instituiu-se que ficariam excluídas das providências determinadas nos incisos I e II daquele artigo (reservar as terras devolutas e desapropriar as particulares) “as áreas objeto de exploração de

---

<sup>189</sup> SMA. Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo. Projeto PETAR – Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira. Relatório Técnico. Mimeo. 1991.

minérios, de perímetros descritos em decretos federais de concessão de lavra, ainda em vigor”<sup>190</sup>. Com o Código Florestal de 1965, parágrafo único do artigo 5º, qualquer forma de exploração dos recursos naturais em área de Parque foi vedada.

No entanto, no início dos trabalhos de implantação do PETAR (1985) foram identificados mais de cem requerimentos de pesquisa e lavra de minérios (com predominância de calcário) no interior do Parque. Com os trabalhos do grupo criado no CONSEMA (realizados até meados da década de 1990), sob a coordenação da Assessoria do Governador do Estado e com representantes de várias instituições, houve o cancelamento de quase todos os Requerimentos de Alvarás de Pesquisa na área do Parque e entorno.

A evolução da legislação ambiental veio ao longo do tempo corroborando com as proibições já estabelecidas por leis anteriores, até que o SNUC veio definir o que é proteção integral e uso direto e indireto dos recursos naturais.

#### 8.7.3.8 Ocupantes

Em diversas áreas do Parque, tanto em terras públicas quanto particulares, averiguou-se a presença de ocupações humanas nas mais diferentes condições. No âmbito do Programa de Regularização Fundiária, o levantamento das ocupações teve como objetivo verificar a condição jurídica dos ocupantes para subsidiar os critérios de a permanência temporária destes, a elaboração de termos de compromisso para a regularização das atividades e o planejamento para a retomada da posse das áreas de domínio estadual pelo Poder Público.

Na tentativa de avançar no tema, a Fundação Florestal estabeleceu grupo de trabalho específico, criado pela Portaria FF/DE nº 75/201, “*visando elaborar Minuta de Decreto Estadual que estabelece um Programa Estadual de Regularização Fundiária Ambiental para as UC instituídas pelo Sistema Ambiental Paulista*”. O trabalho está sendo realizado em conjunto com o ITESP e a PGE.

#### A. Critérios de Classificação da Condição dos Ocupantes

A classificação dos ocupantes<sup>191</sup> no âmbito deste Programa foi elaborada preliminarmente com o objetivo de se verificar a presença de moradores com evidências de tradicionalidade.

Para estes casos, os critérios utilizados foram fundamentados nas disposições contidas no SNUC e sua Regulamentação, e no Decreto Federal nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007 - Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT).

Com o trabalho de campo realizado pela equipe técnica, foram levantadas informações sobre a identificação da área; qualificação do ocupante; identificação do cônjuge; dados

<sup>190</sup> O decreto de criação do Parque, ressaltando apenas os direitos em vigor à época, exclui a totalidade dos empreendimentos atualmente existentes.

<sup>191</sup> O termo ocupante refere-se ao chefe de família.

dos demais moradores da casa; identificação da área ocupada; caracterização das benfeitorias, infraestrutura e serviços; relação do ocupante com a terra e uso dos recursos naturais (produção, criação, uso junto à floresta); fontes de renda; interações e serviços públicos; deslocamento; roteiro migratório; comércio; informações relativas aos impactos da produção; aspectos da relação do ocupante com o PETAR; multas recebidas; entre outras informações.

A classificação proposta a seguir foi o resultado da conjugação dos estudos e levantamentos realizados pela equipe técnica do Plano de Manejo com os dispositivos legais em vigência.

Uma vez estabelecidos, os critérios que possibilitaram a classificação dos ocupantes com evidências de tradicionalidade, descritos a seguir, foram apresentados na Oficina Conclusiva, caracterizando mais um pacto firmado no processo de elaboração deste Plano de Manejo (ver Anexo 35):

- 1) Aqueles que nasceram ou chegaram ao Parque, ou de regiões adjacentes<sup>192</sup>, com o intuito de estabelecer residência no local antes de 1958<sup>193</sup>;
- 2) Para aqueles que nasceram posteriormente a esta data, verificou-se a existência de vínculo de parentesco com pessoas já nascidas ou residentes na região antes de 1958;
- 3) Combinado a esses critérios, foram analisadas as fontes de subsistência (presença ou não de roça) e o modo de vida (ocupação principal do chefe de família).

Os ocupantes identificados como quilombolas foram classificados de acordo com o disposto no Relatório Técnico-Científico elaborado pela FITESP em razão do requerimento da comunidade localizada em Bombas, na condição de remanescentes de comunidades de quilombos.

Os demais foram classificados como ocupantes sem evidências de tradicionalidade.

Considerando que a Resolução SMA nº 29, de 30 de março de 2010 foi editada posteriormente aos levantamentos de campo (realizados nos meses de dezembro de 2009 e janeiro de 2010), os critérios adotados para classificação dos ocupantes neste item poderão ser complementados por aqueles indicados na referida Resolução.

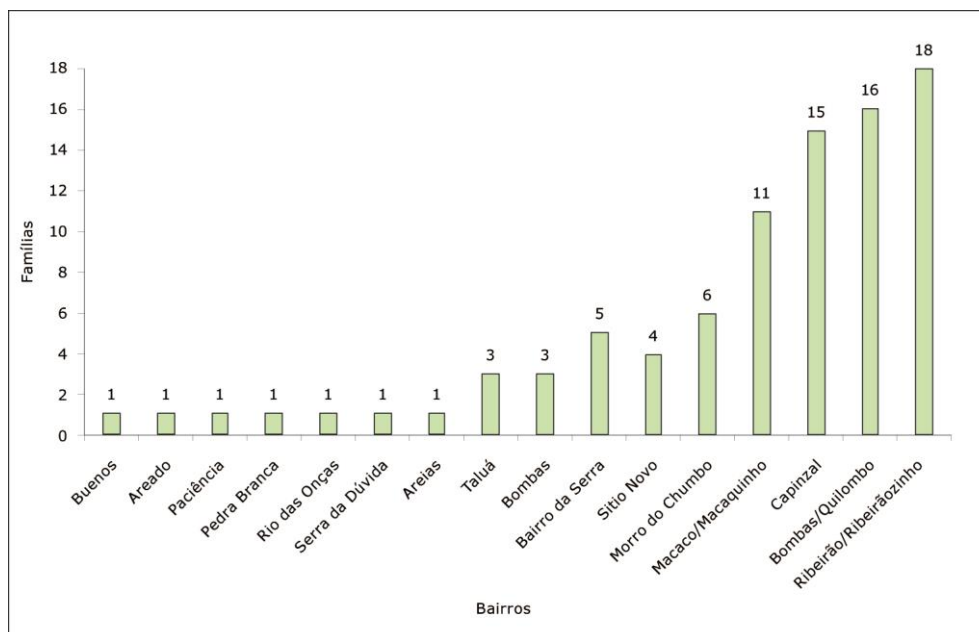
## **B. Análise da Condição dos Ocupantes**

A partir do trabalho de campo realizado pela equipe técnica, combinado com os dados do processo FITESP (Relatório Técnico-Científico) que tratou do reconhecimento da condição de remanescentes de quilombos na localidade de Bombas (área interna ao Parque), constatou-se a presença de 88 pontos de ocupação, distribuídos por bairros/localidades conforme demonstra a figura a seguir:

---

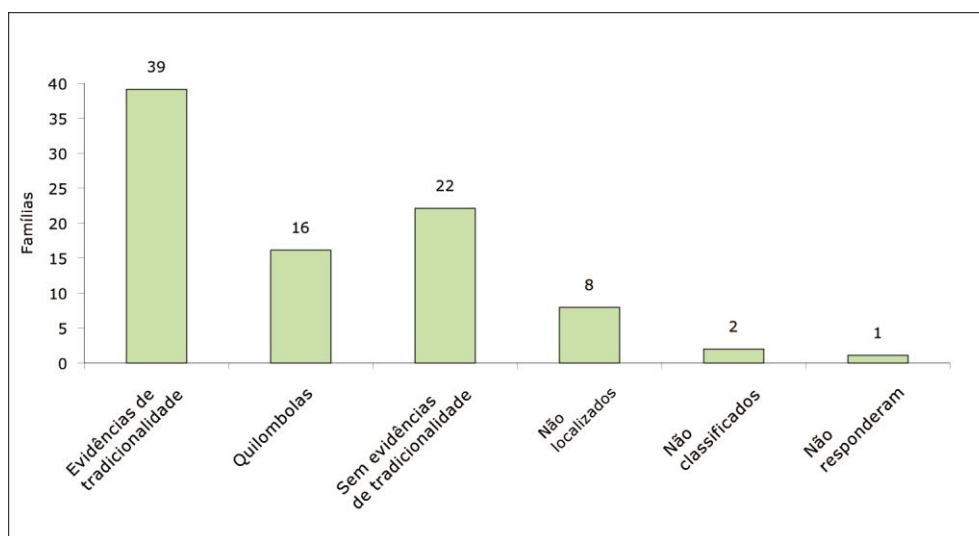
<sup>192</sup> Entende-se por regiões adjacentes, no âmbito deste programa, os municípios de Iporanga, Apiaí, Barra do Chapéu, Barra do Turvo, Cajati, Cananéia, Eldorado, Iguape, Itaóca, Itapirapuã Paulista, Itariri, Jacupiranga, Juquiá, Juititaba, Miracatu, Parquera-Açu, Pedro de Toledo, Peruibe, Registro, Ribeira, Ribeirão Branco, São Lourenço da Serra, Sete Barras, Tapiraí e Ilha Comprida, todos no Estado de São Paulo.

<sup>193</sup> O ano de 1958 foi escolhido por ter sido a data de criação do PETAR.

**Figura 131. Localização dos ocupantes por bairros**

Do total de pontos de ocupação, 64 famílias foram identificadas e entrevistadas.

Utilizando-se o critério de classificação acima mencionado, constatou-se que no interior do Parque existem 39 famílias com evidências de tradicionalidade; 16 famílias identificadas como remanescentes de comunidades de quilombos (processo FITESP); 22 famílias sem evidências de tradicionalidade; 8 famílias não foram localizadas; 2 famílias não puderam ser classificadas; e apenas 1 família não quis responder o questionário, conforme demonstra a figura a seguir:

**Figura 132. Categoria dos ocupantes**

Constatou-se também que alguns ocupantes que possuem uma área interna ao Parque, também possuem outra residência fora dos limites do Parque, na maioria das vezes,

próximas aos centros urbanos. Sem adentrar as especificidades de cada ocupante, averiguou-se que, de uma forma geral, os motivos que levaram muitos dos ocupantes a possuir duas residências foi devido a restrição da legislação ambiental em vigor que regula as UC.

Outros motivos são decorrentes da ausência de infra-estrutura educacional e hospitalar que propiciou uma migração para áreas próximas aos centros urbanos da região. Outros ainda, na maioria filhos de moradores com evidências de tradicionalidade se mantêm na área, cultivando-a e zelando pelas benfeitorias existentes por conta de entenderem se tratar de um bem de família, cujos valores são considerados intrínsecos.

Informações específicas sobre cada ocupante, bem como a análise do tipo de ocupação, foi descrita detalhadamente no relatório técnico final. Tais informações e análises devem compor as razões que irão fundamentar as decisões dos órgãos responsáveis pela análise, caso a caso, a condição de cada ocupante.

Cumprir destacar, ainda, a importância da análise da condição dos ocupantes tanto para imissão de posse pelo Estado das áreas públicas internas ao Parque, a curto, médio e longo prazo, quanto para a definição dos compromissos a serem firmados enquanto permanecerem no local.

Por conta disso, faz-se necessária uma análise mais apurada, com estudos históricos e antropológicos mais aprofundados, especialmente sobre os aspectos que envolvem os ocupantes com evidências de tradicionalidade, aferindo-se os vários elementos associados ao modo de vida dessa população.

### **C. Direitos de Permanência dos Ocupantes<sup>194</sup>**

Em consonância com o artigo n° 42 do SNUC, tem direito a permanecer no interior do Parque, enquanto não realocados e indenizados, apenas os moradores com evidências de tradicionalidade.

Importante destacar que a expressão comunidades ou populações tradicionais adquiriu importância juntamente com a problemática ambiental no contexto da criação das UC, com o objetivo de abordar a situação de indivíduos residentes em áreas de relevante interesse para proteção ambiental.

Nas últimas décadas, na esfera governamental, a expressão foi incorporada a diversos instrumentos legais de conservação da natureza demonstrando a atual dimensão política desses grupos sociais (Little, 2002). Entretanto, devido à dificuldade em se estabelecer critérios para defini-la, seu conceito jurídico ainda se encontra incompleto.

A tentativa de definição surgiu com a segunda proposta do projeto de lei que deu origem ao SNUC, contida então no artigo 2º, inciso XV, que assim conceituava:

Grupos humanos culturalmente diferenciados, vivendo há, no mínimo, três gerações em um determinado ecossistema, historicamente reproduzindo seu modo de vida, em estreita

---

<sup>194</sup> Este texto contém fragmentos literais da dissertação de mestrado de Kátia Carolino intitulada “Direitos territoriais de comunidades tradicionais: um estudo de caso da comunidade da Ilha Monte de Trigo” apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental (PROCAM) da Universidade de São Paulo (USP).



dependência do meio natural para sua subsistência e utilizando os recursos naturais de forma sustentável <sup>195</sup>.

Tal dispositivo foi vetado pelo Poder Executivo na Mensagem nº 967, de 18 de julho de 2000 dirigida pelo Presidente da República ao Presidente do Senado Federal, pois o conteúdo do dispositivo legal era muito abrangente. Alegou-se que com pouco esforço de imaginação seria possível incluir toda a população brasileira dentro dos critérios adotados, impossibilitando a proteção especial que se pretende dar às populações verdadeiramente tradicionais.

Apesar do veto, as populações tradicionais, no SNUC, acabaram sendo conceituadas indiretamente na definição de Reservas Extrativistas (RESEX) - artigo 18, e de Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) - artigo 20, presentes na mesma lei.

Art. 18. A Reserva Extrativista é uma área utilizada por populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte, e tem como objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da Unidade.

Art. 20. A Reserva de Desenvolvimento Sustentável é uma área natural que abriga populações tradicionais, cuja existência baseia-se em sistemas sustentáveis de exploração dos recursos naturais, desenvolvidos ao longo de gerações e adaptados às condições ecológicas locais e que desempenham um papel fundamental na proteção da natureza e na manutenção da diversidade biológica.

A Medida Provisória nº 2.186/2001 que regulamenta o inciso II dos §§ 1º e 4º do artigo 225 da CF, cuja reedição está em tramitação <sup>196</sup>, que dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético e ao conhecimento tradicional associado, também definiu comunidades tradicionais como:

Art. 7º. III - comunidade local: grupo humano, incluindo remanescentes de comunidades de quilombos, distinto por suas condições culturais, que se organiza, tradicionalmente, por gerações sucessivas e costumes próprios, e que conserva suas instituições sociais e econômicas;

Outra definição legal para as comunidades ou populações tradicionais está contida no Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007 que instituiu a PNPCT:

Art. 3º. I - Povos e Comunidades Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como

<sup>195</sup> Site: [www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/Mensagem\\_Veto/2000/Mv0967-00.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/Mensagem_Veto/2000/Mv0967-00.htm).

<sup>196</sup> Site: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/mpv/2186-16.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/mpv/2186-16.htm).

condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição;

No que se refere aos direitos territoriais dos remanescentes de quilombos<sup>197</sup>, estes estão assegurados constitucionalmente pelo artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), combinados com os artigos 215 e 216 da Constituição Federal (CF), que prevêem o reconhecimento da propriedade definitiva aos que ainda estejam ocupando a terra, uma vez que as manifestações afro-descendentes fazem parte do patrimônio histórico cultural, material e imaterial, que formaram o processo da civilização brasileira (Gama; Oliveira, 2007).

Em 2003, o Decreto Federal nº 4.887 que regulamentou o artigo 68 do ADCT estabeleceu procedimentos para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas pelos remanescentes das comunidades de quilombos. No entanto, tramita pelo Supremo Tribunal Federal (STF), uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIN) que busca anular este Decreto no que se refere aos critérios de autodefinição de comunidades de remanescentes de quilombolas.

Tanto os moradores com evidências de tradicionalidade quanto os quilombolas apresentam diferenças quanto aos demais ocupantes, uma vez que, na maioria das vezes, estes não possuem um modo de vida que leva em consideração a temporalidade, os vínculos de parentesco e a dependência da área para subsistência, além das manifestações sócio-culturais.

#### **D. Critérios Adotados para a Imissão na Posse em Áreas Internas ao Parque pelo Estado**

Tendo em vista tratar-se de uma unidade de conservação de proteção integral, cuja categoria não prevê o consumo, coleta, dano ou destruição dos recursos naturais, e pressupondo que a manutenção dos ecossistemas deve estar livre de alterações causadas por interferência humana, não é admitida a presença de ocupação humana no interior de seu território.

Por conta disso, alguns critérios foram estabelecidos para a imissão na posse em área interna do Parque pelo Estado levando em consideração a condição do ocupante e a situação jurídica da área ocupada (pública ou privada).

---

<sup>197</sup> O artigo 2º, caput, do Decreto nº 4.887/2003 dispõe que: "consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, para os fins deste Decreto, os grupos étnicoraciais, segundo critérios de autoatribuição, com trajetória própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida".

Os critérios estabelecidos são indicados para fins de planejamento e gestão, devendo ser priorizada a imissão na posse imediata em áreas onde estejam sendo realizadas atividades ou condutas absolutamente incompatíveis com a proteção do Parque, tais como a prática de danos ambientais, sem prejuízo de eventual ação civil pública.

Também deverão ser desocupadas as áreas de relevante interesse para a conservação da biodiversidade, conforme constatado nos estudos do Plano de Manejo (zoneamento) e respectivas normas estabelecidas para o Parque, de acordo com as diretrizes definidas nos demais Programas de Gestão. As áreas absolutamente necessárias à implantação de infra-estrutura ou equipamentos da Unidade também deverão ser desocupadas.

Além disso, recomenda-se a abertura de processos administrativos no âmbito de atuação da FF para verificar a existência de direitos de propriedade em terras privadas internas ao Parque, comprovadas por meio de títulos idôneos, daqueles ocupantes que, de imediato, tenham interesse em desocupar a área.

Para os ocupantes sem evidência de tradicionalidade que residem no local e comprovem a dependência da área para seu sustento, o órgão gestor deverá adotar ações que tenham como objetivo a regularização fundiária da Unidade, de forma a evitar prejuízos sociais na região e às famílias, conforme vem sendo estudado pelo Núcleo de Regularização Fundiária (NRF) da FF em outras UC.

Importante ressaltar ainda a necessidade de se desenvolver junto às Secretarias da Justiça, da Assistência Social e da Agricultura, bem como com as Prefeituras dos municípios de Apiaí e Iporanga (SP), projetos sociais que dêem suporte para a realocação das famílias, de modo que sejam minimizados os problemas sociais acarretados por tais desocupações.

#### **E. Etapas para Consolidar a Imissão na Posse pelo Estado em Áreas no Interior do Parque**

No planejamento das etapas para imissão na posse pelo Estado das áreas internas ao Parque devem ser contempladas medidas administrativas aplicáveis a cada caso, solicitando a desocupação das áreas. Para tanto, recomenda-se: 1) Notificação Administrativa - para imissão na posse em áreas no interior do Parque com estabelecimento de prazo para saída de pessoas e coisas; 2) Embargo Administrativo - em razão de imediata ou eventual atividade degradadora; 3) Vistoria com laudo de constatação de danos - para a adoção das medidas judiciais cabíveis.

Os ocupantes que apresentarem condições de adequação ou readequação de suas atividades e ocupação, entendida esta como local de moradia, poderão aguardar a realocação ou indenização, firmando Termos de Compromissos (para os ocupantes com evidências de tradicionalidade) ou outro instrumento jurídico-administrativo (para os ocupantes sem evidências de tradicionalidade), nos termos da Resolução SMA nº 29/2010, enquanto o Poder Público procede a regularização fundiária da área.

**F. Instrumentos Legais para a Convivência Harmônica entre Ocupantes e o Parque**

Em resposta à consulta da FF para os casos de mesma natureza - em áreas no interior do Parque Estadual do Jurupará (PEJU) - a PGE elencou uma série de fundamentos legais que garantem a indisponibilidade, bem como a não apropriação das terras públicas por particulares.

As condições que devem reger as atividades que vêm sendo desenvolvidas por essas famílias, enquanto permanecerem no interior do Parque devem ser aquelas amparadas pelos instrumentos jurídico-administrativos disponíveis, bem como pelas medidas indicadas no Plano de Manejo.

Para os ocupantes que apresentarem evidências de tradicionalidade, a lei prevê um Termo de Compromisso estabelecendo regras quanto à execução de suas atividades e de seu modo de vida (social e cultural) em áreas internas ao Parque de forma a compatibilizar os objetivos da UC de proteção integral e as condições de vida dos moradores enquanto permanecerem na área.

Caberá, portanto, ao órgão gestor do Parque a indicação das condicionantes e das especificidades para a elaboração do Termo de Compromisso, orientando e monitorando sua execução.

Para os ocupantes sem evidência de tradicionalidade que residem no interior do Parque e comprovem a dependência da área para seu sustento e sobrevivência, o órgão gestor, mediante prévia justificativa da necessidade e da urgência, analisará caso a caso e, em caráter excepcional e provisório, estabelecerá instrumento jurídico hábil com a finalidade de autorizar algumas atividades essenciais.

**G. Direito a Acessões e Benfeitorias**

Na mesma resposta da PGE sobre a consulta da FF para os casos de mesma natureza em áreas no interior do PEJU, a PGE fez referência expressa ao acórdão do Superior Tribunal de Justiça (STJ) proferido no Recurso Especial nº 945.055-DF (2007/0092986-1) que declarou os impedimentos de não indenização por acessões em terras de domínio público.

Já nas áreas particulares que são objeto de ações de desapropriação (direta e indireta), os casos de ocupantes têm sido analisados no curso da ação judicial, como vem ocorrendo em algumas áreas da Estação Ecológica da Juréia-Itatins e do Núcleo Picinguaba do Parque Estadual da Serra do Mar.

Nas áreas particulares a desapropriar, os ocupantes com benfeitorias serão arrolados no processo expropriatório e as providências para cada caso deverão observar também os critérios de classificação dos ocupantes, nos termos estabelecidos neste Programa. Já para as populações tradicionais, de acordo com as disposições do artigo 42 do SNUC, deverão ser “indenizadas ou compensadas pelas benfeitorias existentes e devidamente realocadas pelo Poder Público”.

O Mapa 25. Situação Fundiária apresenta a localização dos ocupantes em terras públicas, particulares ou *sub judice*, internas ao Parque.

**H. Documentação**

Nas entrevistas em campo realizadas junto aos moradores do Parque pela equipe técnica, consta, por informações verbais dos interessados, que parcela dos ocupantes possui documentos de posse sobre a área; outros possuem contratos ou instrumentos particulares de compra e venda; parte informou possuir recibos de pagamento do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e apenas uma pequena parcela declarou possuir certidão de registro imobiliário, não exibidos na ocasião das entrevistas.

Não havendo a apresentação dos documentos que pudessem comprovar eventual aquisição de áreas no interior do Parque, foi encaminhada uma lista contendo os nomes dos ocupantes entrevistados aos Cartórios de Registro de Imóveis dos Municípios de Apiaí e Eldorado (SP), solicitando informações sobre a existência de registros imobiliários sobre tais áreas. A FF aguarda resposta deste pedido.

Nas etapas preliminares para a instrução dos processos administrativos de regularização fundiária, os documentos de propriedade ou posse, se existentes, deverão ser analisados a fim de se verificar eventuais direitos dos atuais ocupantes sobre a área ocupada.

### 8.7.4 Desenvolvimento do Programa de Regularização Fundiária

#### 8.7.4.1 Objetivos do Programa

O Programa de Regularização Fundiária tem por objetivo dar subsídios aos órgãos públicos competentes na execução das providências necessárias à efetiva consolidação da posse e do domínio do Estado sobre as terras que integram a unidade de conservação. A efetividade da gestão, bem como a implantação dos demais programas do Plano de Manejo, estão diretamente vinculadas ao processo de regularização fundiária.

Em consonância com este objetivo, o Programa de Regularização Fundiária deve atender não somente ao que dispõem as normas ambientais e administrativas, mas, em especial, ao desenvolvimento dos demais Programas de Gestão, a fim de dar eficácia às políticas públicas estabelecidas para a proteção da biodiversidade e o uso adequado dos recursos naturais.

Os elementos do Programa de Regularização Fundiária no Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira estão organizados em seus objetivos específicos e respectivos indicadores de efetividade e em um conjunto de Diretrizes que por sua vez têm objetivos e indicadores, elencados na seguinte tabela:

**Tabela 162. Objetivos e indicadores das diretrizes**

Programa	Objetivos	Indicadores
<b>Programa</b> Regularização Fundiária	<ul style="list-style-type: none"> <li>Propor as medidas necessárias à regularização fundiária de toda a área que compõe a unidade de conservação</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Área do Parque totalmente regularizada</li> </ul>
<b>Diretriz 1</b> Consolidação Territorial	<ul style="list-style-type: none"> <li>Consolidação territorial</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Memorial descritivo atualizado</li> <li>Demarcação em campo</li> <li>Georreferenciamento</li> </ul>
<b>Diretriz 2</b> Cancelamento dos registros sobrepostos às terras públicas ou devolutas	<ul style="list-style-type: none"> <li>Cancelamento dos registros sobrepostos às terras públicas ou devolutas</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Áreas particulares com títulos imobiliários sobrepostos às áreas públicas e devolutas cancelados</li> </ul>
<b>Diretriz 3</b> Ações para o planejamento da imissão na posse em terras públicas	<ul style="list-style-type: none"> <li>Imissão na posse em terras públicas</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Áreas públicas internas ao Parque desocupadas</li> </ul>
<b>Diretriz 4</b> Planejamento das áreas a desapropriar	<ul style="list-style-type: none"> <li>Planejar e dar andamento as ações necessárias a subsidiar as aquisições amigáveis ou desapropriações de áreas particulares</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Áreas particulares adquiridas ou desapropriadas</li> </ul>

<p><b>Diretriz 5</b> Estudos das áreas superficiais ocupadas por mineradoras</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Impedir a ocorrência de danos ambientais oriundos de atividades de mineração</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Não ocorrência de danos ambientais ocasionados por mineradoras</li> </ul>
<p><b>Diretriz 6</b> Estudos sócio-ambientais sobre as comunidades internas ao Parque</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Equacionar, em conjunto com o Programa de Interação Socioambiental, o conflito de sobreposição do território reivindicado pela comunidade de Bombas, bem como o conflito socioambiental existente entre as ocupações com evidências de tradicionalidade</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Conflitos socioambientais solucionados</li> </ul>
<p><b>Diretriz 7</b> Planejamento das áreas a desapropriar na Zona de Amortecimento</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Elaborar o planejamento das áreas a desapropriar na Zona de Amortecimento</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Levantamento do potencial ambiental e da viabilidade de aquisição das áreas indicadas</li> </ul>

### 8.7.5 Síntese das Diretrizes e Linhas de Ação

**Tabela 163. Síntese das diretrizes e linhas de ação**

<b>Programa</b> Regularização Fundiária	
<b>Diretriz 1</b> Consolidação territorial	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Atualizar o memorial descritivo do Parque</li> <li>▪ Elaborar mapa georreferenciado contendo o limite do Parque, com base na norma técnica do INCRA. Hoje tem-se a representação georreferenciada do perímetro da UC em base cartográfica digital.</li> <li>▪ Demarcar a unidade de conservação em campo, indicando e definindo as divisas com os confrontantes, bem como promovendo a sinalização dos principais acessos</li> </ul>
<b>Diretriz 2</b> Cancelamento dos registros sobrepostos às terras públicas ou devolutas	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Levantar a documentação imobiliária e cartográfica das áreas de domínio particular internas ao Parque sobrepostas com áreas públicas ou devolutas, a fim de identificar seus limites, bem como o titular atual do domínio, junto aos Cartórios de Registro de Imóveis de Apiaí, Eldorado e Capão Bonito (SP)</li> <li>▪ Buscar informações complementares junto a outras instituições (PGE, PPI, FITESP e afins) sobre proprietários, posseiros e detentores de terras</li> <li>▪ Instruir processos administrativos para que sejam propostas medidas administrativas ou judiciais cabíveis, solicitando o cancelamento dos registros particulares sobrepostos com terras públicas. Havendo necessidade de adoção de medida judicial, o processo deverá ser remetido à PGE</li> </ul>
<b>Diretriz 3</b> Ações para o planejamento da imissão na posse em terras públicas	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Identificar os ocupantes que não foram encontrados no momento do levantamento cadastral e que ocupam terras públicas internas ao Parque, promovendo, desta forma, a atualização do cadastro existente</li> <li>▪ Elaborar e assinar Termo de Compromisso com os ocupantes que apresentam evidências de tradicionalidade</li> <li>▪ Elaborar e assinar instrumento jurídico-administrativo com os ocupantes sem evidências de tradicionalidade.</li> <li>▪ Esgotar as vias administrativas para imissão na posse em áreas onde as intervenções antrópicas estiverem causando dano ambiental a Unidade</li> <li>▪ Instruir processos administrativos para que sejam propostas medidas administrativas ou judiciais, junto a PGE, solicitando a reintegração de posses nas áreas indicadas pelas etapas do PRF</li> </ul>



<p><b>Diretriz 4</b> Planejamento das áreas a desapropriar</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Elaborar o georreferenciamento e memorial descritivo das áreas particulares a adquirir ou a desapropriar, adotando o critério técnico exigido pela Lei federal nº 10.267/2001</li> <li>▪ Providenciar a avaliação dos imóveis, conforme Normas NRB 14653-I e 14653-3 da ABNT</li> <li>▪ Instruir processos administrativos indicando a viabilidade de proposta de negociação amigável ou desapropriação direta a ser executada pela Fundação Florestal.</li> <li>▪ Destinar o imóvel para negociação amigável, diante da legitimidade da documentação constatada e dos serviços técnicos de georreferenciamento finalizados, oferecendo o valor apurado na avaliação</li> <li>▪ Elaborar minuta de decreto de declaração de utilidade pública das áreas particulares para fins de desapropriação pelo Estado, para os casos onde não foi possível efetivar a negociação amigável</li> <li>▪ Estabelecer um Plano de Desapropriação priorizando a posse imediata de áreas cuja ocupação esteja causando impactos negativos aos recursos naturais; as necessárias a implantação de infraestrutura ou equipamentos de manejo e gestão do Parque; e também as de relevante interesse para conservação da biodiversidade</li> <li>▪ Acompanhar, junto a PGE, o procedimento expropriatório viabilizando a imissão de posse pelo Estado</li> <li>▪ Solicitar recursos financeiros junto a Câmara de Compensação Ambiental para aquisição ou indenização de áreas particulares</li> </ul>
<p><b>Diretriz 5</b> Estudos das áreas superficiárias ocupadas por mineradoras</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Realizar estudos sobre a titularidade ou posse das áreas superficiárias ocupadas por instalações de mineradoras</li> <li>▪ Levantar as áreas ocupadas pelas mineradoras que apresentam documentação sobre direitos imobiliários (superficiários) de áreas internas ao Parque</li> <li>▪ Acompanhar o andamento das ações de declaração de caducidade dos direitos minerários incidentes sobre a área interna do Parque junto ao DNPM</li> <li>▪ Encaminhar à PGE as informações acerca do andamento dos processos administrativos do DNPM/MME</li> </ul>

**Diretriz 6**  
Estudos sócio-ambientais  
sobre as comunidades  
internas ao Parque

- Consolidar os limites do Quilombo de Bombas, conforme planta e memorial elaborado no âmbito das tratativas entre as instituições envolvidas, e assessorar a elaboração de um Plano de Uso da comunidade. Em 2014 a Comunidade de Bombas foi reconhecida como remanescente de quilombo, por meio do "Despacho do Diretor Executivo" da Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo - Fundação ITESP, publicado no Diário Oficial do Estado em 14 de novembro. As possibilidades previstas para a resolução do conflito de sobreposição dos territórios são desafetação, recategorização ou dupla afetação. Se a decisão técnica final for reduzir a área hoje categorizada como de proteção integral (ou seja, desafetar ou recategorizar), a compensação é necessária. Caso a decisão sobre o futuro do território seja a sua recategorização, os novos estudos poderão indicar outras opções de categorias de unidades de conservação, entre aquelas definidas pelo SNUC, cotejando a proposta mencionada.<sup>198</sup>
- Acompanhar o zoneamento da área interna do Quilombo, no âmbito do Plano de Uso, de forma a garantir a proteção das áreas limítrofes ao PETAR, das ressurgências cujos estudos indicam a ocorrência de (bagre-cego, fauna cavernícola, dolinas, etc), e demais recomendações.
- No caso de desafetação faz-se necessário a elaboração de minuta de projeto de lei para encaminhar ao Poder Legislativo acompanhado de plantas, memoriais e estudos técnicos científicos sobre as áreas a serem desafetadas com a indicação de inclusão de outras, para subsidiar encaminhamento do processo de alteração dos limites do PETAR.<sup>199</sup>
- Realizar estudos das comunidades do interior do Parque, nos termos da Resolução SMA nº 29/2010 e Artigo 13 do Decreto 60.302/2014, com vistas a caracterizar as comunidades tradicionais, cuja reprodução sociocultural depende da relação de uso dos recursos naturais com a área ocupada
- Para as demais localidades onde os estudos históricos e antropológicos não comprovarem a existência de comunidades tradicionais, deverão ser priorizadas as possibilidades de planejamento para a convivência harmônica destas com a gestão do Parque até que a regularização fundiária da área seja efetivada

<sup>198</sup> (Ver capítulo 10. Áreas Prioritárias de Manejo)

<sup>199</sup> Em 2015 foi elaborada a primeira versão deste material, no âmbito do Projeto Mosaico de Pranapiacaba, com recursos de TCCA. (Ver capítulo 7. Zoneamento)

**Diretriz 7**  
Planejamento das áreas a  
desapropriar na Zona de  
Amortecimento

- Considerando a possibilidade de exclusão de parte da área do Parque em decorrência da conclusão dos estudos sócio-ambientais que indicam a existência de moradores com evidências de tradicionalidade na região, especialmente de Bombas e Ribeirão, indicar, de acordo com os levantamentos realizados no âmbito deste Plano de Manejo, a existência de áreas localizadas na Zona de Amortecimento do Parque de relevante interesse para a conservação da biodiversidade
- Levantar a documentação imobiliária e cartográfica existente sobre estas áreas, bem como os titulares do domínio, junto aos Cartórios de Registro de Imóveis
- Elaborar o georreferenciamento e memorial descritivo das áreas particulares a adquirir ou a desapropriar, adotando o critério técnico exigido pela Lei Federal nº 10.267/2001
- Providenciar a avaliação dos imóveis, conforme Normas NRB 14653-I e 14653-3 da ABNT
- Instruir processos administrativos indicando a viabilidade de proposta de negociação amigável, a ser executada pela Fundação Florestal ou desapropriação direta, a ser judicializada pela PGE
- Destinar o imóvel para negociação amigável, diante da legitimidade da documentação constatada e dos serviços técnicos de georreferenciamento finalizados, oferecendo o valor apurado na avaliação
- Elaborar minuta de decreto de declaração de utilidade pública para fins de desapropriação pelo Estado das áreas particulares a incorporar ao Parque, para os casos onde não foi possível efetivar a negociação amigável
- Solicitar recursos financeiros junto a Câmara de Compensação Ambiental para aquisição ou indenização de áreas particulares
- Realizar parcerias ambientais com proprietários de áreas de relevante interesse para a conservação da biodiversidade localizadas na Zona de Amortecimento com vistas a garantir a proteção ambiental das áreas interna ao Parque